

# Protestar é preciso: o MST e os “500 anos” do Brasil na imprensa portuguesa

*Protesting is Necessary: Social Movement MST and the “500 years” of Brazil in the Portuguese Media*

*Protestar es necesario: el MST y los “500 años” de Brasil en la prensa portuguesa*

---

**Alexandre BARBALHO**

Universidade Federal da Bahia

---

*Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*  
N.º 128, abril - julio 2015 (Sección Informe, pp. 287-300)  
ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X  
Ecuador: CIESPAL  
Recibido: 11-02-2015 / Aprobado: 03-03-2015

## Resumo

O artigo analisa a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra na cobertura da imprensa portuguesa sobre as comemorações dos 500 anos do Brasil. O que se busca apreender é se e como o Movimento conseguiu pautar essa referida imprensa. A pesquisa foi realizada em quatro jornais diários (*Público*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*), um jornal semanal (*Expresso*) e uma revista semanal (*Visão*). Foram objetos de análise as peças jornalísticas que, não se restringindo à descrição dos acontecimentos, proporcionaram acesso a discursos e posições de sujeito do e sobre o MST. Para a análise do material, recorreu-se ao aporte teórico-metodológico da Teoria do Discurso.

**Palavras-chave:** movimento social; imprensa; discurso; nação; Brasil; Portugal.

## Abstract

This paper analyzes the presence of the social movement called Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) in the Portuguese press coverage for the celebration of the 500th anniversary of Brazil. In this essay, its author seeks to understand how this social movement can—if it can—give some guidelines to the press. The survey was conducted in four daily newspapers (Public, Correio da Manha, Diário de Notícias and Jornal de Notícias), a weekly newspaper (Expresso), and a weekly magazine (Visão). The journalistic articles that were not limited to the description of events were explored, thus allowing access to speeches and subject positions of MST. For the analysis of materials, theoretical and methodological support of the Theory of Speech was used.

**Keywords:** social movement; media; speech; nation; Brazil; Portuguese.

## Resumen

El artículo analiza la presencia del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en la cobertura de la prensa portuguesa sobre las celebraciones de los 500 años del Brasil. Lo que se busca entender es si y cómo el Movimiento puede pautar la referida prensa. La encuesta se realizó en cuatro diarios (*Público*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*), un periódico semanal (*Expresso*) y una revista semanal (*Visão*). Fueron objeto de análisis las piezas periodísticas que no se limitaron a la descripción de los hechos, posibilitando así el acceso a los discursos y a las posiciones de sujeto del MST. Para el análisis de los materiales, se utilizó el soporte teórico y metodológico de la Teoría del Discurso.

**Palabras clave:** movimiento social; prensa; discurso; nación; Brasil; Portugal.

## 1. Introdução

Os movimentos sociais brasileiros passaram por importantes transformações ao longo dos anos noventa, resultado de fatores internos à realidade do país, mas também por questões advindas da intensificação do processo que se pode denominar de globalização do neoliberalismo –entendendo que ambos os fatores (internos e externos) estão profundamente imbricados.

Com as eleições diretas para a presidência da República em 1989, estabilizou-se por fim o processo democrático, e o poder constituído passou a ser visto pelos movimentos não apenas como um adversário mas, na maioria das vezes, como um parceiro. Esse contexto, por um lado levou a uma necessária relação entre os movimentos sociais e o Estado. Segundo Ruth Cardoso (1994) e Maria da Glória Gohn (2007), as políticas integradoras demandaram interlocuções entre ambos os agentes, o que levou a uma institucionalização dos primeiros por meio, principalmente, da criação de organizações não-governamentais (ONGs) que se tornaram parceiras privilegiadas do poder público.

Por outro, ampliou as noções de política e de cidadania no reconhecimento não apenas dos direitos individuais, mas também coletivos. Evelina Dagnino (1994) aponta três dimensões principais deste processo de constituição de uma “nova cidadania”. A primeira é a sua ligação concreta com os movimentos sociais já citados e suas lutas por direitos coletivos. A segunda dimensão é a experiência e a prática de tais movimentos na construção da democracia e, ao mesmo tempo, de sua ampliação e aprofundamento.

Por fim, a construção democrática e a transformação social promovidas pelos movimentos sociais afirmam um “nexo constitutivo” entre a cultura e a política ao reivindicar determinadas características da sociedade contemporânea, como o papel da subjetividade e a consequente emergência de novos sujeitos e direitos sociais. Ampliando o espaço do político, a nova cidadania “reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática” (Dagnino, 1994, p. 104), ou seja, a dimensão propriamente simbólica (cultural e comunicacional) da cidadania.

A nova cidadania se contrapõe à herança do autoritarismo, que não se resringe às relações políticas institucionais, mas como observa Chauí (2000), se faz presente no poder microfísico das relações sociais (hierarquias de classe, de gênero, de geração, étnicas, etc.). Contudo, o fortalecimento do projeto liberal ao longo dos anos noventa favoreceu ao estabelecimento daquilo que Dagnino (2005) denomina de “confluência perversa” entre o projeto democrático e aquele defendido pelo neoliberalismo. O primeiro investe na ampliação da democracia com a constituição de novos espaços públicos e a participação da sociedade civil na definição, execução e controle das políticas públicas. O segundo defende o Estado mínimo, não apenas no setor produtivo, mas inclusive na promoção de direitos coletivos, nas responsabilidades sociais e na transparência de suas ações.

Apesar de ambos os projetos serem distintos e até antagônicos, o que seria interessante para garantir a pluralidade de opções como convém a uma democracia pluralista (Mouffe, 1996; 2009), o projeto neoliberal escamoteia seu ideário ao apropriar-se e resignificar alguns sentidos da nova cidadania que foram construídos e defendidos com muita dificuldade ao longo das últimas décadas pelos movimentos sociais. É esta apropriação e ressignificação que devemos entender por “confluência perversa”.

Há, portanto, uma crise discursiva que caracteriza os movimentos sociais e de esquerda, uma vez que o projeto político da democracia pluralista e o da democracia neoliberal recorrem a noções comuns (sociedade civil, participação, cidadania, democracia), mas com significados e sentidos diferentes. Essa pretensa comunidade discursiva acaba por camuflar os antagonismos entre ambos os projetos, para benefício do segundo. A exposição do conflito, por outro lado, demonstraria exatamente o que está em jogo: “uma disputa político-cultural entre distintos desenhos de sociedade e os respectivos setores sociais neles empenhados” (Dagnino, 2005, p. 61).

É nesse momento de intensas disputas sobre os sentidos possíveis de cidadania que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) se transforma no maior movimento social do país. Na avaliação de Raquel Bertol, “nunca, no Brasil, um movimento de cunho social conseguiu firmar-se de forma tão organizada e sólida quanto o dos sem-terra brasileiros. Ao longo dos anos 1990, o país assistiu ao fenômeno sem-terra” (Bertol, 2003, p. 04).

Contrapondo-se à “confluência perversa”, o MST se afirma tensionando os antagonismos, tanto com os grandes proprietários, reunidos em torno da União Ruralista Brasileira (UDR), recriada em 1996, quanto com o governo federal. Nesse momento, como avalia João Pedro Stédile (2012), um dos fundadores do MST, a presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC) procurou deslegitimar o Movimento ao defender, por um lado, que não havia problema agrário no Brasil. Assim, o tema era tratado de forma assistencialista por meio da “Comunidade Solidária” e não dentro da redefinição da estrutura fundiária do país.

Por outro, ao avaliar que o apoio social que o MST conquistou não seria resultado do reconhecimento das reivindicações dos trabalhadores sem-terra, mas de sua propaganda e da lógica da “invasão” como “marketing político”. Diante dessa avaliação, adotou um contra-discurso em relação à reforma agrária e ao Movimento que respondia à “necessidade do governo de dar a resposta em propaganda” (Stédile & Fernandes, 2012, p. 144) às ações dos sem-terra.

Contudo, segundo Gohn (2007), tal estratégia não se mostrou vitoriosa, pois o MST não só conseguiu impor a reforma agrária na agenda governamental, como conquistou o apoio de amplas parcelas da sociedade brasileira, como comprovaram pesquisas de opinião pública feitas na época, e de instituições internacionais. Este contexto possibilitou novas “oportunidades políticas” para o Movimento que soube aproveitá-las de modo eficiente, como exemplifica a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, ocorrida em 1997.

Outra dessas oportunidades foi as manifestações do MST, em parceria com diversos movimentos sociais, em particular com o indígena, nas comemorações dos “500 anos” do Brasil, em abril de 2000. Aquele tornou-se um momento estratégico para dar visibilidade às reivindicações do Movimento e fazer uma disputa discursiva sobre a compreensão do que seria a nação brasileira, posto que a imprensa nacional e internacional, em especial a portuguesa, cobriu a série de eventos relativos à data comemorativa (Neves, 2005).

O objetivo desse artigo é analisar a presença do MST na cobertura da imprensa portuguesa sobre as comemorações dos “500 anos” do Brasil<sup>1</sup>. O que se busca apreender é se e como o Movimento conseguiu pautar essa referida imprensa, levando em consideração a visibilidade que alcançou na mídia internacional ao longo da década de noventa. Terá garantido, ainda que contingencialmente, na articulação discursiva com outros movimentos sociais, nomeadamente o indígena, uma cobertura favorável às suas reivindicações, próprias à nova cidadania? Ou tal cobertura não conseguiu fugir dos parâmetros discursivos e hegemônicos promovidos pela confluência perversa que leva, inclusive, à criminalização dos movimentos? Tal abordagem se justifica diante da reduzida literatura que trata dessa cobertura (da mídia internacional sobre o MST) e da importância de compreender os movimentos sociais, no caso do MST, no contexto de seu alcance global (Cabo, 2008).

A pesquisa foi realizada em quatro jornais diários (*Público*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*), um jornal semanal (*Expresso*) e uma revista semanal (*Visão*), sendo que todas as publicações estão sediadas em Lisboa, com exceção do *Jornal de Notícias*, com sede na cidade do Porto. Constituíram o *corpus* inicial toda peça jornalística que fez referência ao MST, mesmo não sendo ele o tema central.

Foram identificadas 29 peças jornalísticas assim distribuídas: *Público* –01 artigo de opinião e 04 matérias; *Correio da Manhã* – 05 matérias e 01 chamada de primeira página; *Diário de Notícias* –04 matérias, 01 chamada de primeira página e 01 crônica; *Jornal de Notícias* –04 matérias, 01 chamada de primeira página e 01 artigo de opinião; *Expresso* –03 matérias e 01 artigo de opinião; *Visão* –01 matéria e 01 artigo de opinião. Contudo somente foram objeto de análise aquelas que, após uma leitura avaliativa, não se restringiram à descrição dos acontecimentos e proporcionaram o acesso a discursos e posições de sujeito do e sobre o MST. Para a análise do material, recorreu-se ao aporte teórico-metodológico da Teoria do Discurso apresentada a seguir.

<sup>1</sup> A pesquisa que dá suporte a este artigo faz parte de estágio pós-doutoral realizado pelo autor entre setembro de 2013 e agosto de 2014 na Universidade Nova de Lisboa com Bolsa CAPES/Estágio Sênior processo 3989-13-5.

## 2. Metodologia: Teoria do Discurso, hegemonia e antagonismo

A Teoria do Discurso desenvolvida por Laclau & Mouffe (2010) resulta do entendimento que os autores têm sobre a hegemonia, na medida em que esta opera em um movimento estratégico complexo de negociação entre discursos contraditórios. Trata-se de um conceito [hegemonia] dominado pela categoria de articulação que pressupõe precisamente especificar a identidade dos elementos articulados. A articulação é uma prática e não um complexo relacional dado, o que implica que articula e/ou recompõe elementos de alguma forma separados.

Dessa maneira, não existe esse espaço suturado denominado de “sociedade”, uma vez que o “social” não tem uma essência. Para a articulação, trata-se de relações contingenciais que é preciso determinar. Como observam os autores, “um conjunto de elementos aparecem fragmentados ou dispersos somente desde o ponto de vista de um discurso que postule a unidade entre os mesmos” (Laclau & Mouffe, 2010, p. 132-133), de modo que não é possível falar de fragmentação de fora da formação discursiva, entendida aqui como uma prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais.

Na perspectiva aberta por Althusser em *Pour Marx*, com a qual dialogam Laclau & Mouffe, a sociedade e seus agentes não possuem qualquer essência e as regularidades são formas relativas e precárias de fixação que acompanham a instauração de certa ordem e o caráter sobre-determinado das relações sociais. Trata-se da crítica a toda fixação e, ao mesmo tempo, da afirmação da abertura, da incompletude e da dimensão política das construções identitárias.

É no âmbito desse debate que Laclau & Mouffe denominam de articulação a “toda prática que estabelece uma relação tal entre elementos, que a identidade destes resulta modificada como resultado desta prática”. Por sua vez, discurso é entendido como “a totalidade estruturada resultante da prática articulatória” (Laclau & Mouffe, 2010, p. 142-143). No que diz respeito à coerência de uma formação discursiva, esta se dá como a regularidade na dispersão. Entendimento que é bem próximo daquele estabelecido por Foucault em *A arqueologia do saber*, onde o princípio unificador de tal formação é a dispersão governada por regras e pelas condições de existência dos elementos dispersos.

No que diz respeito à dimensão do discurso, Laclau & Mouffe sustentam a ideia de que não existem práticas discursivas e não-discursivas, uma vez que nenhum objeto se dá fora da superfície discursiva. Vinculado a esse *parti pris*, temos a afirmação do caráter material do discurso. Por sua vez, tal materialidade não encontra a sua unidade na experiência ou na consciência de um sujeito fundante –uma vez que o discurso tem uma existência objetiva e não subjetiva–; muito pelo contrário, o que se encontra são diversas posições de sujeito dispersas na formação discursiva.

Para Laclau & Mouffe, a totalidade discursiva e sua lógica não se impõem sem qualquer limitação. O seu limite é a existência de outros discursos. O exterior de um discurso é um outro discurso que cria as suas condições de vulnerabilidade.

Todo discurso está sujeito a desestabilizações de seu sistema de diferenças como resultado da atuação de outras articulações discursivas que atuam fora dele. Assim, uma formação discursiva não existe como uma positividade dada e delimitada e, como já foi dito, sua lógica relacional é incompleta e afetada pela contingência. Também não se constitui uma identidade social protegida do exterior discursivo que a deforma e impede sua plena sutura. É nesse jogo que o social se constitui e as identidades que nunca estão fixadas plenamente formam o campo da sobredeterminação.

Nem fixação, nem não fixação absolutas. No caso da não fixação, Laclau & Mouffe observam que o discurso, entendido como um sistema de identidades diferenciais, só é possível como limitação parcial de um excesso de sentido que o subverte. Ora, esse excesso, inerente a toda situação discursiva, é o terreno de constituição da prática social e que os autores denominam de “campo da discursividade”. A impossibilidade de fixação absoluta implica em fixações parciais que permitem o fluxo das diferenças, pois para diferir e subverter o sentido tem que haver um sentido. Se o social não consegue se fixar em termos de uma sociedade, ele só existe, paradoxalmente, como esforço para constituir esse objeto impossível.

Com essa compreensão, toda prática social é, em alguma de suas dimensões, articulatória, pois não é o momento interno de uma totalidade autodefinida, nem a expressão de algo adquirido ou subsumida ao princípio da repetição, mas a construção de novas diferenças. Sendo toda posição de sujeito uma posição discursiva, ela participa do caráter aberto do discurso e, portanto, não se deixa fixar totalmente em um sistema fechado de diferenças. Daí que, “se toda posição de sujeito é uma posição discursiva, a análise não pode prescindir das formas de sobredeterminação de umas posições por outras” (Laclau & Mouffe, 2010, p. 156-157).

A categoria de sujeito encontra-se marcada, então, pela sobredeterminação da identidade discursiva em sua polissemia, ambiguidade e incompletude. Dito de outra forma, a subjetividade do agente conforma-se pela mesma ausência de sutura que sofre qualquer outro ponto da totalidade discursiva da qual faz parte. Por conta da ausência de uma sutura última e, ao mesmo tempo, pelo fato das posições de sujeito não se consolidarem como posições separadas na dispersão é que ocorre o jogo da sobredeterminação e a articulação hegemônica na tentativa de alcançar a totalidade impossível, pois sempre deferida.

O limite da objetividade na forma discursiva é o antagonismo. No antagonismo, o Outro marca a existência do Eu de modo que impede este de ser totalmente ele mesmo. Não se trata de relações entre identidades plenas, posto que elas são uma impossibilidade. Como situam Laclau & Mouffe, “na medida em que há antagonismo, eu não posso ser uma presença plena para mim mesmo”, de modo que “o antagonismo constitui os limites de toda objetividade –que se revela como *objetivação*, parcial e precária–” (Laclau & Mouffe, 2010, p. 168). O antagonismo é uma relação que mostra os limites de toda objetividade e, nesse sentido, é também a “experiência” do limite do social.

A questão das práticas articulatórias remete direto à da hegemonia, posto que é no campo daquelas que esta emerge, onde as práticas são elementos não cristalizados em momentos. Em um sistema de identidades fixas não há possibilidades para práticas hegemônicas, nem onde as diferenças excluem qualquer significado flutuante há espaço para articulações. A hegemonia e suas articulações, para acontecerem, necessitam do social aberto e incompleto. Nesse contexto, a reprodução social se defronta com condições em constante mudança o que repõe, a todo momento, novos sistemas de diferenças e, por consequência, novas articulações.

### 3. Manifestar é preciso: análise do *corpus* empírico

A partir do que foi explanado, comprehende-se que a pluralidade e as identidades dos movimentos sociais dependem de condições sociais e políticas precisas garantidas apenas por meio de lutas hegemônicas mais amplas. Os movimentos sociais como sujeitos políticos estão submetidos à flutuação de seus significantes, portanto o contexto que permitiu suas condições discursivas pode ser subvertido. Assim, entendendo a cobertura da imprensa portuguesa sobre as comemorações dos “500 anos” como um campo discursivo, interessa perceber quais as posições de sujeito ocupadas pelo MST, no processo complexo de negociação entre discursos antagônicos estabelecidos pelos jornais e revista pesquisados.

Helenice Silva (2002) observa como as comemorações oficiais e oficiosas<sup>2</sup> em torno dos “500 anos” procurou funcionar como um dispositivo para celebrar o acontecimento a partir da idealização de uma memória e uma identidade nacionais (repletas de silêncios e não-ditos) visando um consenso social. Para tanto, buscou-se estabelecer a “cordialidade” como paradigma da “brasilidade”, de modo a colocar no esquecimento os conflitos que ocorreram na formação do país. Como diria José Honório Rodrigues (1985), prevaleceu a versão incruenta da história do Brasil no seu “aniversário de 500 anos”.

Nos discursos do presidente FHC sobre os “500 anos”, analisados por Kelly Silva (2003), o Brasil é a “terra da solidariedade” onde não há espaço para antagonismos e embates. Sobre estes, portanto, paira um deliberado esquecimento que ignora as diferentes posições de sujeito na construção nacional. Com essa articulação discursiva, o presidente simplifica a história fixando-a em dois momentos: o da criação dos mitos fundadores da nacionalidade e o contemporâneo conformado pelas ações de seu governo.

Contudo, as comemorações não conseguiram evitar o antagonismo e a emergência dos discursos que se queria silenciados. O MST e os demais movimentos sociais conseguiram produzir frechas na cobertura midiática (Herschmann & Pe-

2 Destaca-se, entre as campanhas oficiosas dos “500 anos”, aquela promovida pela Rede Globo e pela Fundação Roberto Marinho. Para uma análise das diversas iniciativas em comemoração ao V Centenário, inclusive comparando com aquelas que ocorreram durante o IV Centenário ver Oliveira (2000).

reira, 2000) e, como situa Silva, alterar a “performance” do presidente que teve que incluir, pela primeira vez, nos seus discursos inseridos no contexto dos “500 anos, “as relações de poder que permearam a construção da nação” (Silva, 2003, p. 151).

Os movimentos sociais agrupados em torno das manifestações “Brasil: outros 500” conseguiram romper com a tentativa de fixar os sentidos consensuais em torno da Nação e desestabilizar o momento dos festejos. Sua prática articulatória atuou como limite do discurso oficial e oficioso. Dessa forma, tanto o governo federal quanto a mídia, inclusive a portuguesa, tiveram que incorporar as posições de sujeito dos movimentos. Percebe-se, assim, o jogo discursivo com o qual o social se constitui e que impede a fixação plena das identidades.

No caso específico do MST, no semanário Expresso, a matéria “Sem-terra estragam a festa”, publicada em 21 de abril, assinada por Isa Freaza, informa sobre o “nervosismo” entre os organizadores dos festejos posto que o MST começou “a promover invasões em todo o país para estragar a festa”. Mesmo quando o Movimento é uma fonte citada, a construção discursiva situa-o como invasor. “Os 500 anos para nós vão ser de ocupação de latifúndios”, defende Gilberto Ponte, um de seus coordenadores. Logo em seguida, vem a “reação indignada” do ministro do Desenvolvimento Agrário: “O modo de agir do MST é antidemocrático e fascista. A sua motivação é apenas política”. Há ainda o temor das autoridades com a “ressonância externa das invasões”, pois “Tudo o que o MST faz tem repercussão lá fora”, afirma o senador governista Paulo Souto.

Na matéria “Brasil triste”, do dia 29 de abril, o MST é qualificado de “radical” e apresentado como um movimento criminoso. A única fonte citada é o ministro do Desenvolvimento Agrário que diz que sua “paciência acabou” em relação ao Movimento. “A partir de agora”, afirma o ministro, “quem destruir prédios do Governo ou sequestrar funcionários públicos vai responder por estes crimes”.

No seu artigo de opinião na revista Visão, intitulado “Comemorar para o futuro”, José Carlos de Vasconcelos afirma que as reivindicações dos indígenas são pertinentes, mas que foram, os seus protestos, “amplificados, aproveitados e também ‘deformados’ por forças políticas mais radicais e pelo muito ativo Movimento dos Sem-Terra”.

A matéria intitulada “Alta tensão em Porto Seguro”, publicada no Público em 21 de abril e assinada por Mário Negreiros, posiciona os manifestantes indígenas, mas, principalmente, os sem-terra, como “baderneiros” que ameaçam a autoridade de um governo eleito democraticamente. Promovendo “vandalismos” e “invasões”, o MST estaria se afastando da “legalidade” e perdendo, inclusive, o apoio de aliados. A construção discursiva recorre apenas a fontes ligadas ao governo federal: o próprio presidente da República e o seu porta-voz.

Contudo, a iminência e a amplitude das manifestações, que esperam reunir cerca de dez mil pessoas, entre sem-terra, indígenas, movimento negro, desempregados e sindicalistas, revelam um excesso de social e provocam um efeito de sobreposição. Desse modo, o jornalista já citado do Público, não pode deixar de posicionar o MST como um sujeito privilegiado do discurso na matéria intitula-

da “Vigilância apertada nos acessos a Porto Seguro”, publicada no dia seguinte (22 de abril). Walmir Assunção e Lúcia Barbosa, identificados como líderes do Movimento, são as únicas fontes citadas. O teor da matéria é sobre a dificuldade do MST em chegar ao local dos festejos oficiais que irão reunir os presidentes do Brasil e de Portugal, entre outros convidados, posto que barreiras policiais ao longo das estradas devem barrar o acesso dos sem-terra. Citado no texto, Assunção se pergunta “por quê essa prevenção toda em relação ao MST” e garante que “as manifestações de protesto vão acontecer, pacificamente, em lugares diferentes das cerimônias oficiais”.

A articulação dos movimentos sociais em manifestações contra os festejos oficiais, que é também uma articulação discursiva, desestabilizou, como foi dito, o discurso governamental que se viu pautado pelas reivindicações dos manifestantes. Segundo informa a matéria “Virar a página da exclusão na história do Brasil”, também do *Público*, publicada em 23 de abril, “Paradoxalmente foi para esses excluídos [militantes do MST e representantes do movimento dos ‘Outros Quinhentos’] que FHC discursou. O presidente ‘pediu também que a sociedade brasileira ouça a ‘mensagem mais importante que a voz dos excluídos’ proclama, pois ‘eles anunciam que chegou o momento de virar a página da exclusão na história do Brasil’”. Especificamente sobre o MST, afirmou que “a presença deles traz a lembrança incômoda, mas necessária, de que a concentração da propriedade da terra continua a determinar a exclusão de milhões de brasileiros”.

Na avaliação do *Público*, o presidente optou por “apaziguar a tensão social”, orientando seu discurso para os problemas do país secundarizando o tema dos 500 anos. Uma estratégia discursiva determinada, reconhece o jornal, pela pressão dos movimentos sócias. Nesse sentido, é sintomático o artigo de opinião de Miguel de Almeida, “Comemorar o futuro”, que, ao tratar dos mitos que envolvem as comemorações (democracia racial, miscigenação feliz, lusotropicalismo, etc.), tanto do lado brasileiro, quanto do português, aponta o surgimento de “interessantes” movimentos na sociedade civil (MST, movimento negro, indígenas), com os quais “os grupos subalternizados têm vindo a construir identidades que são alavancas da contestação social e política”.

No *Correio da Manhã*, a matéria “Nau Capitânia falta a grande espetáculo”, publicada em 21 de abril, e assinada por Carlos Ferreira, posiciona os sujeitos “MST” e “índios” como manifestantes legítimos, pois “Se ‘navegar é preciso’, como diz a canção, protestar também”. Especificamente sobre os sem-terra, Ferreira informa que, reunidos “aos milhares”, têm protestado em todo o estado da Bahia. Os protestos de “contra-comemorações”, diz o porta-voz do Movimento, citado na matéria, é “contra cinco séculos de exploração dos índios, dos negros e dos trabalhadores brasileiros”.

O título da matéria do *Correio da Manhã*, “A gente aqui divide o pão e o feijão”, escrita por Fernanda Cachão e publicada no dia 22 de abril, é um trecho do depoimento de Maria Florinda, uma das militantes sem-terra que ocuparam o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nomeado pelo

jornal como a “casa” da reforma agrária”. Outra fonte citada pela jornalista é de Jalizo Sena, identificado como líder dos ocupantes e quem “deve falar” em nome do grupo. Como fala autorizada, Sena afirma: “A gente só quer terra para que possamos trabalhar juntos”. Sobre os festejos diz que o que os sem-terra fazem “não é festejar, mas sim protestar. A classe trabalhadora não está satisfeita porque vê fome, miséria, prostituição. Nos não concordamos com os 500 anos de tragédia. Para se fazer uma festa dessa, o Brasil tinha de melhorar”.

Em matéria coordenada publicada no mesmo dia, “Reforma agrária em curso”, percebe-se mais uma vez como os protestos do MST conseguiram pautar o discurso do presidente. Em entrevista ao diário francês *Le Figaro*, citado pelo *Correio da Manhã*, FHC afirma que o governo brasileiro está efetuando um reforma agrária “sem precedentes” e que o sem-terra “não dizem que o meu governo está a efetuar, sob pressão deles, mas com eles, uma reforma sem precedentes”.

O *Diário de Notícias*, na matéria “Militares em alerta para apoiar a polícia”, ao recorrer a fontes oficiais, fala na “radicalização das manifestações” anunciadas pelo MST, indígenas, movimento negro e “associações de esquerda”. O presidente afirma, por meio de seu porta-voz, que não é “contra as manifestações pacíficas em democracia, mas o Movimento dos Sem-Terra caminha para a ilegalidade. É preciso não ultrapassar o limite que separa a democracia da desordem”. Por sua vez, o seu chefe do gabinete militar diz “estar muito preocupado com a radicalização dos sem-terra” e que “Todos os brasileiros deverão estar inquietar-se com esta radicalização”. Por meio desses discursos, o MST é posicionado como um movimento que atua no limite da legalidade e que promove o antagonismo.

Contudo, quando o jornal recorre aos discursos produzidos pelo MST, há uma sobredeterminação de posições que imprime uma ambiguidade ao texto. Assim, qualifica-se, em matéria de primeira página “Protesto brasileiro espera Jorge Sampaio”, no dia 16 de abril, o MST como “poderoso”. E informa, em matéria do mesmo dia com título e subtítulo “‘Campo de batalha’ aguarda Sampaio. Índios e Movimento dos Sem-Terra preparam série de protestos para coincidirem com as comemorações em Porto Seguro”, que o MST tem “executado todas as manifestações possíveis para perturbar o clima de festa”. O MST é citado como fonte por meio de um de seus coordenadores, Valmir Assunção. Diante do aparato de segurança em torno dos festejos em Porto Seguro, onde estarão os presidentes brasileiro e português, Assunção afirma que dificilmente o governo impedirá a chegada dos sem-terra ao local das comemorações e nega que o Movimento queira causar distúrbios: “Não temos a intenção de perturbar a festa de Fernando Henrique Cardoso. Vamos estar em espaços diferentes”.

Na matéria “Desembarque policial”, do *Jornal de Notícias*, de 23 de abril, as duas fontes citadas a falarem explicitamente do MST foram o presidente FHC, que qualifica o Movimento de “caráter fascista” que “degenera em desordem”, e o porta-voz da polícia de Porto Seguro que previne: “Só se não tiverem fôices e facas de mato, os sem-terra poderão passar as barreiras da polícia”. Na matéria “Sampaio apela à conciliação”, mais uma vez, a fonte privilegiada para posicionar

discursivamente o MST é a do presidente FHC em seu discurso. Advertindo contra os “métodos” usados pelo Movimento, afirma que os protestos dos negros e sem-terra “São ecos do passado escravista, oligárquico e patriarcal que, até hoje, pesa sobre a sociedade brasileira”. Mas discorda do “teor ‘antidemocrático do discurso e das formas violentas de ação induzidas por alguns líderes desse movimento”.

Contudo, o artigo de opinião de Fernando Antunes, “A herança de Pedro”, publicado em 21 de abril no mesmo jornal, comenta que com a ideia de se comemorar os 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral no Brasil, “desenterram-se os machados de guerra e as movimentações tornam-se incontroláveis: eles são os sacrificados e perseguidos Sem-Terra, que estão a ocupar fazendas no interior do Rio de Janeiro; eles são os índios pataxós, que sempre desconfiaram da nossa ‘brandura de costumes’”. Mais uma vez, o resultado da articulação entre os movimentos desestabiliza o discurso oficial da cordialidade e do consenso.

#### **4. Conclusões**

A análise da cobertura da imprensa portuguesa, através do corpus selecionado, levou em consideração, como dito na introdução, o caráter cultural e comunicacional da nova cidadania. Assim, interessou perceber como o MST, junto com outros movimentos sociais, disputaram com o governo federal e a mídia os sentidos acerca dos “500 anos” do Brasil. Contrapondo-se à noção de uma sociedade democrática, porém cordial e pacífica, os movimentos impuseram uma outra agenda, marcada pelos antagonismos que perpassam a sociedade brasileira. Conseguiram também se posicionar como sujeitos de um projeto político-cultural alternativo diante da crise discursiva provocada pela confluência perversa e sua pretensa comunidade de sentidos.

Dessa forma é que o MST não apenas pautou a imprensa portuguesa, como, no geral, a cobertura posicionou o Movimento e suas reivindicações como legítimas. Ainda que exista o tom de criminalização e seja mesmo hegemonic no semanário Expresso e na revista Visão, o que se percebe é a polissemia e a ambiguidade no conjunto dos discursos no campo em estudo, marcado pelo excesso de social e sua decorrente sobredeterminação de identidades discursivas.

Portanto, o antagonismo exposto pelo MST e demais movimentos funcionou como o limite do discurso oficial do governo e do discurso oficioso da imprensa. Se o Movimento é posicionado, por exemplo, como “invasor”, “fascista”, “anti-democrático” e “radical”, também se impõe como a voz dos excluídos pelas grandes propriedades de terra que deve ser escutada, inclusive pelo poder público; como um grupo subalternizado que constrói sua identidade na contestação sócio-política e cultural; como manifestante legítimo contra séculos de exploração. Enfim, as contra-comemorações do MST e demais movimentos conseguiram “perturbar a festa”, contrapondo-se à identidade nacional baseada no consenso e ao esforço de silenciamento dos antagonismos por parte das comemorações.

## Referências bibliográficas

- Bertol, R. (2003). Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos 90. *Revista Estudos Históricos*, 31 (1), 03-23.
- Cabo, A. I. (2008). *Os novos movimentos sociais e os media: os movimentos antiglobalização nas páginas do Público*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cardoso, Ruth. (1994). A trajetória dos movimentos sociais. Em E. Dagnino. (Ed.), *Anos 90: Política e sociedade no Brasil* (pp. 81-90). São Paulo: Brasiliense.
- Chauí, M. (2000). *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Dagnino, E. (2005). Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. *Revista Rio de Janeiro*, 15, 45-66.
- Dagnino, E. (2004). Sociedade Civil, participação e cidadania: do que estamos falando? Em D. Mato (Ed.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización* (pp. 95-110). Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.
- Dagnino, E. (1994). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. Em E. Dagnino. (Ed.) *Anos 90: Política e sociedade no Brasil* (pp. 103-118). São Paulo: Brasiliense.
- Gohn, M. G. (2007). *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Herschmann, M. & Pereira, C. A. M. (2000) E la nave va... As celebrações dos 500 anos no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, 26 (14), 203-215.
- Laclau, E. & Mouffe, C. (2010). *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Mouffe, C. (2009). *The democratic paradox*. Londres: Verso.
- Mouffe, C. (1996). *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva.
- Neves, J. M. V. (2005). Porque o samba é filho da dor (a comemoração dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil e a opinião na imprensa portuguesa). *Dialogia*, 4, 101-113.
- Oliveira, L. L. (2000). Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. *Revista Estudos Históricos*, 26 (14), 183-202.
- Rodrigues, J. . (1985). *História viva*. São Paulo: Global.
- Silva, H. R. (2002). “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, 44(22), 425-438.
- Silva, K. C. (2003). A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 51(18), 141-194.

## Información del autor

**Alexandre BARBALHO**

*alexandrealmeidabarbalho@gmail.com*

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia com estágio pós-doutoral em Comunicação na Universidade Nova de Lisboa. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará e em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Brasil, Fortaleza.